MAGAZINE EUROPA Catarina Domigues
13 de Fevereiro de 2018

I.

União Europeia abre a porta a seis países dos Balcãs, mas insiste que para entrar no bloco comunitário há regras a cumprir. Sérvia e Montenegro lideram a lista de candidatos.

Na Alemanha há acordo de coligação: sociais-democratas juntam-se à chanceler alemã para formar Governo. Neste programa analisamos também a decisão do líder do SPD de renunciar à liderança da pasta da diplomacia alemã depois de críticas internas do partido.

E ainda neste Magazine Europa: Bruxelas pode restringir acesso do Reino Unido ao mercado único já em 2019.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa!

A União Europeia prepara-se para abrir as portas a seis países dos Balcãs. Sérvia e Montenegro são os primeiros da lista. Bruxelas insiste, porém, que a entrada não é livre, como nos conta a jornalista Sofia Jesus.

As conversações de adesão da Sérvia e de Montenegro à União Europeia já estão em andamento. A Comissão Europeia traçou um programa para o alargamento do bloco comunitário a estes dois países dos Balcãs até 2025, prevendo um investimento de 1070 milhões de euros.
De acordo com Bruxelas, outros países da região poderão seguir-se: Albânia, Macedónia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo.
Abre-se a porta aos Balcãs, mas primeiro há regras da casa a cumprir.
Num documento a que o jornal POLITICO teve acesso na semana passada desenha-se a estratégia do alargamento, mas pode ler-se também que estes países revelam "provas claras de domínio estatal, incluindo ligações ao crime organizado e corrupção em todos os níveis de governo e administração".
A Comissão Europeia escreve ainda que nenhum destes países "pode ser considerado como uma economia de mercado funcional".
O alargamento da União Europeia a novas geografias deverá ajudar à estabilidade do bloco, segundo declarações do presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, no último discurso do Estado da União, em Setembro do ano passado.

E desde Bruxelas temos connosco como é habitual, Victor Ângelo, antigo secretário-geral adjunto das Nações Unidas e consultor internacional baseado na capital belga.

Victor, a União Europeia quer promover a entrada de novos países em nome da estabilidade. No entanto, há uma série de imposições. Este vai ser um caminho difícil e longo?
Certamente, os Balcãs são neste momento o vulcão político da Europa. É um vulcão que manda imensas ondas de choque e tremores étnicos através dos seis países. É um vulcão que tem imensos problemas de vários tipos. Para além da violência étnica, tem problemas relacionados com a corrupção, com o crime organizado. São países onde a democracia ainda não avançou como seria de esperar. São também países que têm várias disputas fronteiriças e são sobretudo países muito pobres e com grande atraso económico. Ou seja, tratar da adesão destes países à União Europeia é um trabalho gigantesco.

E que desafios traria uma eventual integração destes países?
Nós estamos a falar de uma região da Europa que é uma região completamente diferente do resto do continente, que politicamente tem imensos problemas e que está muito dividida entre si e no que diz respeito ao relacionamento com o resto dos países europeus. Não nos podemos esquecer, por exemplo, que há um conflito entre a Macedónia e a Grécia. A Grécia não quer de maneira alguma que esse país se chame Macedónia, mas na realidade se traduz num conflito mais profundo, que é um conflito entre a etnia grega, digamos assim, que tem ainda algum peso na Macedónia e os macedónios, que eles próprios são de várias etnias.
Há conflitos internos muito graves que podem rapidamente degenerar em conflitos violentos de tipo de guerra dentro da Bósnia Herzegovina.
Na realidade, o único país que tem alguma estabilidade e que poderia rapidamente aderir à União Europeia é o Montenegro. Neste momento o Montenegro já é membro da NATO e seria fácil também depois passar a ser membro da UE. Mas mesmo assim, dentro do próprio Montenegro há muitas dificuldades em termos de respeito pela lei e nomeadamente em termos de crime organizado.

Estamos a falar de uma série de conflitos. Eu perguntava-lhe, com a saída do Reino Unido do bloco e também o crescimento de partidos anti-União Europeia, que vantagens é que traz este projecto de alargamento?
Há uma grande competição nesta região e neste momento é fundamental que a União Europeia diga que a adesão mais tarde ou mais cedo desta região e dos diferentes países à UE é uma possibilidade concreta e que, por isso, não vale a pena estes países

pensarem em alternativas e, nomeadamente, numa aproximação em relação à Rússia, que é o que está a acontecer neste momento na Sérvia, nem pensar também num aprofundamento das suas relações com a Turquia, embora se saiba que a Turquia está extremamente activa na região e nomeadamente junto dos países dos Balcãs que têm uma comunidade islâmica muito forte. A Albânia é um país fundamentalmente de religião islâmica e a própria Bósnia Herzegovina tem uma comunidade muçulmana muito grande e a Turquia tenta aproveitar esta aproximação religiosa para realizar depois uma aproximação política e, em certa medida, uma subordinação também da região em relação aos interesses turcos.

Estamos a falar da ala Este europeia, que entra várias vezes em confronto com Bruxelas. Viktor Orbán, primeiro-ministro húngaro, aliás, defende também que a União Europeia deve abrir as portas a estas nações e promete ajudar a Sérvia a fazer esse caminho. Era natural esta posição de Orbán?
Sim, porque na realidade a Hungria tem um relacionamento com os Balcãs muito forte e a Hungria quer ser vista como um dos porta-estandartes da integração, digamos assim, desta região no resto da Europa. A Hungria sabe, por exemplo, que a Bulgária e a Áustria estão muito interessadas em aprofundar as suas relações políticas e económicas com os Balcãs. A Hungria sabe também que a Alemanha tem imensa influência política e económica nos Balcãs e, por isso, as declarações de Viktor Orbán são uma espécie de posicionamento do seu país, da Hungria, em relação a outros países da União Europeia e nomeadamente aos países que eu mencionei.

III.

Na Alemanha, quase cinco meses após as eleições, Angela Merkel chegou a um acordo com os sociais-democratas para a formação de um governo de coligação. A questão dos migrantes foi uma das mais difíceis neste processo de negociações. Mais com a jornalista da Antena 1, Isabel Cunha.

[*Merkel fala da Alemanha, Schulz põe a tónica na Europa. A chanceler diz que o acordo é uma base sólida para um governo estável, que se vai concentrar no investimento para manter a economia alemã competitiva no futuro. E faz questão de salientar que as finanças sólidas vão ser a assinatura do governo. Modernizar as infra-estruturas e olhar para os desafios da digitalização são outras prioridades. Angela Merkel admite que os assuntos relacionados com os migrantes foram os mais difíceis para alcançar convergência de posições entre os conservadores e sociais-democratas. Mas a chanceler adianta que também neste tema*

conseguiram um bom pacote de medidas. Martin Schulz considera que o acordo de coligação traduz-se num momento decisivo para a política europeia, porque a Alemanha vai assumir novamente um papel activo e de liderança da União. O líder da CSU, União Social Cristã da Baviera, Seehofer, vê este pacto de governo como um caminho positivo para ultrapassar as divisões na sociedade alemã.]

Victor, perguntava-lhe primeiro que tudo, este acordo era esperado?
Sim, quer um lado quer o outro tentavam e procuravam a todo o custo chegar a um acordo. Eu penso que ambos os lados precisam de um acordo. Angela Merkel precisa de um acordo porque quer continuar a governar e a única possibilidade para ela continuar a governar era chegar a uma plataforma de governo com os sociais-democratas e, por outro lado, os próprios sociais-democratas não querem de modo algum uma nova ronda de eleições. Os sociais-democratas neste momento estão a perder apoio junto do eleitorado alemão e tudo farão para que haja uma coligação governamental e um governo estável durante quatro anos, governo esse, que lhes possa permitir recuperar algum do eleitorado perdido nos últimos tempos.

De qualquer maneira este acordo entre conservadores e liberais precisa ainda de luz verde dos militantes do SPD. E a juventude social-democrata já veio dizer que vai chumbar o acordo. Que argumento é que poderá ser utilizado para angariar o apoio interno do partido?
Por um lado, o SPD neste acordo ganhou ministérios muito importantes, nomeadamente o Ministério das Finanças, que é um ministério chave em termos da economia alemã, em termos da promoção de emprego na Alemanha e também em termos do relacionamento da Alemanha com o resto da UE. Além de ter ganho o ministério chave, o SPD conseguiu convencer a outra parte, ou seja, Angela Merkel, a investir mais na reforma da União Europeia. Isto para os jovens alemães tem algum peso, tem algum valor e também o facto de que ele vai insistir junto dos jovens alemães, dizendo que isto não é uma questão pessoal, porque ele próprio desistiu de estar no governo, isto é uma questão de interesse nacional e de interesse europeu e, por isso, os jovens alemães devem votar a favor da coligação.

Mencionou o facto de Martin Schulz ter acabado por recuar num lugar no governo, nomeadamente como Ministro dos Negócios Estrangeiros, após críticas internas do partido. Schulz cometeu um erro ao ambicionar esta posição?
É preciso não esquecer que Schulz tinha sido presidente do Parlamento Europeu, era um homem extremamente influente em

Bruxelas e dentro das esferas europeias. No ano passado em inícios de 2017, voltou para a Alemanha com a esperança de vir a ser o próximo chanceler. Não conseguiu ganhar as eleições e não será o próximo chanceler, mas apesar disso continuava a ter ambições governativas muito fortes e a ambição que se adequava mais à sua personalidade e à sua experiência política era a de Ministro dos Negócios Estrangeiros. E por isso ele anunciou que iria ser o próximo ministro dos Negócios Estrangeiros. E isso foi imediatamente aproveitado pela oposição interna dentro do seu partido para dizer que, na realidade, este acordo era apenas um acordo para dar lugares a Schulz e aos amigos de Schulz. E isso ainda foi mais agravado pelo facto de Schulz não ter consultado o actual ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Sigmar Gabriel. Sigmar Gabriel tinha sido líder do Partido Social-Democrata, tem sido um excelente ministro dos Negócios Estrangeiros do governo cessante e não foi consultado, foi pura e simplesmente posto de lado e isso foi muito mal visto pelos militantes e pela opinião pública alemã.

A questão dos migrantes foi uma das mais difíceis das negociações. O que é que separa A CDU/CSU e o SPD nesta questão?
O fundamental era saber o que fazer com as famílias dos imigrantes que entretanto chegaram à Alemanha. E aí havia posições muito diversas. Do lado social-democrata, a posição de Martin Schulz e dos dirigentes do partido era de que se deveria facilitar a chegada das famílias, dos membros das famílias daqueles que já estão na Alemanha e que já foram reconhecidos como tendo o direito a ficar na Alemanha, enquanto do lado do partido de Angela Merkel havia muito mais reticências nesse sentido. Esta questão é uma questão tão importante que a decisão sobre quem seria o Ministro do Interior no próximo governo era uma das decisões mais difíceis de negociar.

IV.

A União Europeia quer restringir o acesso do Reino Unido ao mercado único a partir de 2019. A restrição poderá ser imposta caso haja disputas entre o país e a União após o Brexit.
É o que diz o Programa Transitório de Acção no Acordo de Saída, um documento revelado recentemente que lista os termos do período de transição. E que diz que a União reserva para si o poder de "suspender certos benefícios" dos britânicos durante este período.
O documento não especifica detalhes sobre que tipo de disputas poderá levar a recorrer ao mecanismo ou que benefícios podem ser anulados.

Victor, que observação é que se pode fazer desta posição de Bruxelas?
Bruxelas quer chegar a um acordo com o Reino Unido, mas Bruxelas tem de seguir um determinado tipo de regras e tem, sobretudo de mandar uma mensagem muito forte, quer para o Reino Unido, quer para os actuais membros da UE, que a saída de membro da União Europeia tem custos comerciais e económicos muito elevados e é fundamentalmente essa a mensagem que está a ser enviada. Está-se a lembrar ao Reino Unido que há países que estão fora da União Europeia, mas que seguem de uma maneira muito próxima sem discussão aquilo que é decidido na União Europeia. Esses países têm uma relação privilegiada com o resto da Europa, com a União Europeia e fazem parte, digamos assim, do mercado único, mas para isso têm de aceitar, por exemplo, a livre circulação das pessoas, a livre circulação das mercadorias. Estou a falar da Noruega, estou a falar da Suíça. Este é um dos modelos que a União Europeia propõe ao Reino Unido. Esse modelo aparentemente não vai ser aceite pelo Reino Unido. O Reino Unido preferiria uma situação em que uma parte daquilo que a Noruega tem como benefícios, também seria dada como benefícios ao Reino Unido, mas as obrigações que a Noruega tem em relação à União Europeia não seriam as mesmas obrigações que o Reino Unido viria a ter em relação à União Europeia ou seja, o Reino Unido poderia escolher que tipo de obrigações lhe conviriam e quais seriam aquelas que ele não aceitaria.

Para terminar, perguntava-lhe que relação comercial e política é que poderá existir entre as duas partes depois deste difícil divórcio?
Eu creio que há aqui um risco que não se chega a acordo algum. Eu neste momento vejo que este divórcio está em risco de ser um divórcio conflituoso e provavelmente o que acontecerá é que a relação económica e comercial entre o Reino Unido e a União Europeia será apenas baseada nos princípios e nas regras da Organização Mundial do Comércio, ou seja, o Reino Unido será exactamente como qualquer outro país que tem relações económicas e comerciais com a UE e as questões serão discutidas caso a caso, serão discutidas produto a produto.

V.

Foi Victor Ângelo, comentador residente do Magazine Europa.
Tempo ainda para uma sugestão cultural. Entre 10 e 25 de Março realiza-se a sétima edição do Festival Literário de Macau – Rota das Letras.
Jung Chang, autora de Cisnes Selvagens, da Biografia de Mao Zedong e da imperatriz viúva Cixi é um dos nomes em destaque.

A literatura vai trazer também até Macau os jornalistas norte-americanos Peter Hessler e Leslie T. Chang e a espanhola Rosa Montero.
De Portugal foi convidado o escritor e historiador Rui Tavares, também antigo eurodeputado. Do Brasil chega o último vencedor do prémio Saramago, Julián Fuks.
Este ano, o evento traz ao território mais de 60 autores.
Nos próximos dias o programa completo vai estar disponível na página do festival no facebook. Chama-se The Script Road - Macau Literary Festival.
Nós ficamos por aqui, até para a semana.

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus + Estamos no Facebook em Magazine Europa.